



SENADO FEDERAL

Comissão de Educação e Cultura
44ª Reunião Extraordinária – 15/08/2024
Resumo da Audiência Pública Interativa

Finalidade: Instruir o PL 1290/2024, que “institui o mês de abril como Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira”.

Requerimento relacionado: [REQ 76/2024 - CE](#) (Senador Paulo Paim (PT/RS)). [REQ 78/2024 - CE](#) (Senador Paulo Paim (PT/RS)).

Projeto de lei relacionado: [PL 1290/2024](#) (Senado Federal)

Participantes: **Raquel Franzim**, Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação (MEC); **Cristiano Meira**, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC); **Nelson Luiz Rigaud Mendes**, Diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira da Fundação Cultural Palmares; **Maíra Torres**, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural; **Jéferson Assunção**, Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura (MinC).

Raquel Franzim, Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação (MEC)

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ Programas como o Programa Escola em Tempo Integral (ETI), o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) e a poupança para estudantes com maior vulnerabilidade socioeconômica, o Pé-de-Meia são meios pelos quais o Ministério da Educação (MEC) busca melhorar a qualidade da educação pública brasileira.

✓ Apontou que a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (CDC), reconhece os direitos culturais, sociais e econômicos das crianças. Ressaltou que as crianças têm direito à sua identidade cultural, idioma e valores, enfatizando a importância da pluralidade cultural na sociedade



SENADO FEDERAL

✓ Destacou que a Constituição Federal em seu art. 227 estabelece a doutrina de proteção integral às crianças e adolescentes, responsabilizando a família, a sociedade e o Estado por garantir direitos como educação, cultura, lazer e convivência comunitária.

✓ Lembrou que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) define o desenvolvimento pleno, a formação para a cidadania e a qualificação para o trabalho como objetivos da educação. O desenvolvimento integral engloba aspectos cognitivos, sociais, culturais, físicos, emocionais e políticos dos estudantes.

✓ Enfatizou que o Plano Nacional de Educação do decênio 2014-2024 (PNE) inclui, na Meta 6, a ampliação do tempo integral nas escolas e a promoção de experiências culturais, alinhadas com a Base Nacional Comum Curricular.

✓ Mudanças importantes na LDB, como a Lei nº 10.639, incluiu a matriz cultural afro-brasileira no currículo, e a Lei nº 11.645, incorporou a matriz cultural indígena.

✓ Em 2014, a LDB sofreu uma alteração importante no art. 26, exigindo a inclusão de, no mínimo, duas horas de produção audiovisual nacional no currículo da educação básica, visando aprendizado e valorização do cinema brasileiro como expressão artística.

✓ Reforçou a importância de promover arranjos políticos intersetoriais de integração, diálogo, troca, intercâmbio de recursos - sejam eles humanos, sejam eles recursos financeiros ou mesmo técnicos - entre setores como cultura, educação, assistência social, esportes, meio ambiente e direitos humanos.

✓ Ressaltou que o programa ETI prevê apoio financeiro e técnico às Secretarias de Educação para implementar a jornada de tempo integral, promovendo o desenvolvimento pleno dos estudantes e garantindo seus direitos de aprendizagem.

Principais recomendações da convidada

✓ Integração dos setores políticos intersetoriais para garantir a educação em tempo integral.

Cristiano Meira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC)

Principais tópicos abordados pelo convidado:



SENADO FEDERAL

✓ Destacou a importância das entidades sindicais na discussão sobre a cultura, afirmando que o Congresso tem se engajado fortemente nesse tema e que é essencial a participação do movimento sindical nesses debates.

✓ A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC), fundada em 1966, defende um sistema confederativo que representa diversos trabalhadores envolvidos com as atividades educacionais e culturais

✓ Parabenizou a instituição do Mês Nacional de Valorização da Cultura Brasileira e ressaltou que o debate sobre cultura não deve ser limitado a esse período.

✓ Reconheceu a discussão promovida pelo Congresso sobre temas com impacto direto nos trabalhadores da cultura como a inteligência artificial

✓ Defendeu a necessidade de proteção para os trabalhadores da cultura, e citou a intervenção da CNTEEC durante a pandemia, que evitou a demissão de 6.600 trabalhadores da Cinemark.

✓ Defendeu que o mês dedicado ao debate cultural deve ampliar o diálogo para tratar também da defesa dos trabalhadores do setor.

✓ A CNTEEC está comprometida com a valorização da cultura e apoia o Projeto de Lei nº 1.290/2024.

✓ Reforçou o compromisso da CNTEEC, junto com suas 14 federações, em participar ativamente das discussões e intervenções necessárias em prol da cultura e dos trabalhadores do setor.

Principais recomendações do convidado:

✓ Ampliar a discussão sobre a valorização da cultura para englobar os trabalhadores do setor.

Maíra Torres, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ O Iphan realiza, do dia 12 ao 19, uma série de atividades em todo o país para comemorar o Dia do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, celebrado em 17 de agosto. As ações incluem parcerias com universidades, instituições de ensino e a sociedade civil para promover e divulgar o patrimônio cultural brasileiro.

✓ Explicou que o projeto de lei reflete as ações promovidas pelo Iphan durante a Semana do Patrimônio, com destaque para a colaboração com o ambiente escolar,



SENADO FEDERAL

educadores sociais e membros das comunidades na construção de um processo educativo holístico que vai além do ambiente formal.

✓ Reunir diversas atividades e proposições em um mês específico condiz com a missão do Iphan de reconhecer, promover e difundir o patrimônio cultural brasileiro. Explicou que a iniciativa valoriza um ecossistema educativo mais amplo, que inclui a comunidade e as famílias e contribui para fortalecer um conjunto de políticas sociais, especialmente a política cultural e a política de patrimônio cultural.

✓ Afirmou que as atividades educativas são oportunidades para integrar diversos saberes e epistemologias no ambiente escolar enriquecendo a formação dos estudantes e valorizando as formas tradicionais de ensino e aprendizagem, como a transmissão oral e práticas culturais, ainda presentes em algumas comunidades.

✓ Apontou o prejuízo trazido pelos meios digitais e pela velocidade da vida cotidiana para a transmissão dos saberes tradicionais. Defendeu a recriação de ambientes que permitam a reelaboração e reapropriação da cultura para a preservação do patrimônio cultural.

✓ Em nome do Iphan, a convidada saudou a iniciativa do projeto de lei e o engajamento da juventude por meio do Projeto Jovem Senador e Jovem Senadora.

✓ O Iphan se coloca à disposição para compartilhar experiências e propor formas efetivas de implementar iniciativas relacionadas à preservação cultural.

Principais recomendações da convidada:

Recriar ambientes favoráveis para a preservação do patrimônio cultural.

Jéferson Assunção, Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura (MinC).

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ A cultura é essencial para o desenvolvimento social e econômico.

✓ Desde 2003, compreende-se a cultura não apenas como arte, mas em três dimensões: economia, cidadania e valor simbólico. Ela é vista como fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira e a geração de emprego e renda.

✓ Destacou a importância da criatividade para as economias modernas. A cultura deve ser um elemento central da economia, valorizando a diversidade cultural brasileira e desenvolvendo oportunidades próprias dessa diversidade.



SENADO FEDERAL

✓ Afirmou que o Brasil, com sua mega diversidade cultural possui uma enorme desigualdade social, e a cultura é uma forma de promover cidadania e a igualdade. Para isso, o acesso a bens e serviços culturais deve ser garantido.

✓ Ressaltou o desafio do setor literário. O Brasil possui 5,3 mil bibliotecas públicas, mil fecharam após a pandemia, e há um esforço para reabrir e expandir o número de bibliotecas, transformando-as em centros culturais que qualificam a relação com a leitura.

✓ A leitura impacta a democracia e a organização social. Defendeu o desenvolvimento da leitura para a compreensão da complexidade do mundo, e reforçou sua importância para a cidadania.

✓ A cultura possui uma dimensão econômica, cidadã e simbólica, envolvendo diversas linguagens, como patrimônio, cinema, música e manifestações populares. Trata-se de um direito à fruição e à expressão simbólica, reforçando a necessidade de reconhecer os direitos culturais.

✓ O Brasil é um encontro de inúmeras culturas e uma usina de invenções, com manifestações artísticas, como música e literatura, ganhando reconhecimento internacional. Pensar a cultura nesses três elementos destaca sua importância para a educação, a saúde e o desenvolvimento social.

✓ Explicou a importância da cultura em todos os campos. Educação sem cultura é apenas ensino; saúde sem cultura é apenas remediação; segurança sem cultura é repressão; desenvolvimento social sem cultura é assistencialismo. Ela é fundamental para desenvolver plenamente qualquer área, incluindo meio ambiente e formas de convivência.

✓ O Ministério da Cultura (MinC), especialmente a Secretaria de Formação, Livro e Leitura, está à disposição para apoiar iniciativas culturais e reforça o papel da cultura como elemento que protege e desenvolve a sociedade brasileira.

Principais recomendações do convidado:

✓ Promover o acesso a bens e serviços culturais para o pleno desenvolvimento social.